

Angra tem visita para receber reconhecimento de emergência

Equipe da Defesa Civil avaliou impactos das chuvas no município

Divulgação/PMAR

A Defesa Civil de Angra dos Reis recebeu, nesta segunda-feira, 2 de março, a visita técnica de uma equipe do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), órgão vinculado à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Impactos das chuvas

Os técnicos avaliaram os impactos provocados pelas fortes chuvas que atingiram o município nos últimos dias e prestaram apoio no processo de reconhecimento federal de situação de emergência, etapa necessária para que a cidade possa solicitar recursos destinados à assistência humanitária, ao restabelecimento de serviços essenciais e à reconstrução de áreas afetadas.



Os técnicos avaliaram os impactos provocados pelas fortes chuvas

Relatórios de danos

Durante a reunião, foram apresentados relatórios detalhados com levantamento de danos humanos, materiais e ambientais, além dos prejuízos econômicos registrados e das ações emergenciais já executadas pelo município.

Importância da visita

O secretário municipal de Proteção e Defesa Civil, Fábio Jr., destacou a importância da visita para fortalecer o processo de reconhecimento.

“A presença da equipe do

Cenad em Angra é fundamental para dar respaldo técnico ao trabalho que estamos realizando desde o primeiro momento das ocorrências. Todas as secretarias estão mobilizadas, com foco na proteção de vidas e no atendimento às famílias atingidas. Esse alinhamento com os governos federal e estadual garante mais segurança no processo de reconhecimento e amplia nossas condições de acessar os recursos necessários para a recuperação das áreas afetadas”, afirmou.

Caráter técnico

O coordenador-geral de Reconhecimento em Gestão Integrada do Cenad, Frederico de Santana, ressaltou o caráter técnico da visita.

“A pedido do secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, estamos hoje em Angra dos Reis para prestar o suporte técnico necessário ao processo de reconhecimento federal. Esta é a etapa inicial para que o município possa pleitear recursos da União destinados à assistência

humanitária, ao restabelecimento de serviços essenciais e, quando necessário, à reconstrução”, detalhou.

Figuras presentes

Também participaram do encontro representantes das secretarias municipais de Saúde, Obras, Desenvolvimento Regional, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) e Desenvolvimento Social, reforçando a atuação integrada da administração pública diante do cenário climático.

Prefeitura inicia campanha de vacinação contra dengue

A Secretaria Municipal de Saúde de Angra dos Reis iniciou nesta segunda-feira, 02 de março, a vacinação contra a dengue com a vacina Butantan-DV, imunizante indicado para a prevenção dos quatro sorotipos do vírus e que contribui para reduzir o risco de formas graves da doença.

Nessa primeira etapa da campanha, a vacinação será direcionada aos profissionais que atuam diretamente no território e no enfrentamento às doenças virais transmitidas, principalmente, por mosquitos, incluindo agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e profissionais da Atenção Primária à Saúde com idade de 58 e 59 anos. A definição do público-alvo segue orientação do Ministério da Saúde e está alinhada com as diretrizes nacionais de implantação da vacina.

A estimativa é vacinar cerca de 500 profissionais nesse primeiro grupo. A ampliação do público-alvo ocorrerá de forma gradual, conforme o calendário do Ministério da Saúde e a entrega do imunizante para a cidade.

“Iniciamos a vacinação dos profissionais de saúde que atuam diariamente na linha de frente do combate e da prevenção à dengue. Em breve, ampliaremos o acesso à vacina produzida pelo Instituto Butantan para outros públicos, conforme as orientações do Ministério da Saúde. E é importante lembrar também que, atualmente, há uma vacina disponível em todas as ESFs para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos”, comentou Romário Aquino, diretor de Vigilância em Saúde.

Em Angra, a vacinação contra a dengue também acontece nas unidades de saúde. No momento, o imunizante da Qdenga, está sendo destinado para as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos em todas as Estratégias de Saúde da Família, de segunda a sexta, das 8h às 17h.

Para se vacinar, os pais ou responsáveis devem apresentar a caderneta de vacinação e o CPF da criança ou adolescente.

A prefeitura destaca que, em Angra dos Reis, 86% dos focos do *Aedes aegypti* estão nas casas das pessoas. Por isso, é importante que a população permaneça alerta e elimine possíveis criadouros.

Ministério Público discute prevenção a desastres ambientais em Paraty

Divulgação/MPRJ

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) realizou, nesta segunda-feira (02), reunião com o prefeito de Paraty, José Carlos Porto Neto, e representantes das secretarias municipais de Defesa Civil, Assistência Social, Saúde e Obras para discutir as providências adotadas pela Prefeitura diante dos impactos causados pelas fortes chuvas que atingiram o município na última semana.

Durante o encontro, foram debatidos dois pontos principais: o planejamento estrutural do município para prevenção e resposta a desastres socioambientais e as medidas emergenciais implementadas em razão das chuvas recentes. Pelo MPRJ, participaram a Procuradora de Justiça Denise Tarin, idealizadora do Projeto Morte Zero, e o Promotor de Justiça Daniel Marones, titular da 3ª Promotoria



MPRJ enfatizou a necessidade de assistência aos atingidos

de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Angra dos Reis.

No último sábado, as Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Angra dos Reis e as Promotorias de Justiça de Paraty expediram recomendação ao Município de Paraty para que se-

jam interditados imediatamente os imóveis localizados em área de alto risco da Várzea do Corumbê, em conformidade com o laudo técnico elaborado pela própria defesa civil municipal.

O documento também orienta que as famílias que residem

nos imóveis interditados sejam retiradas do local e que a área de risco seja isolada, impedindo o retorno dos moradores até a emissão de novo parecer técnico pelos órgãos competentes.

O Ministério Público do Rio de Janeiro recomendou, ainda, que as pessoas desalojadas sejam cadastradas pela Prefeitura, com a identificação das situações de maior vulnerabilidade, bem como incluídas em programa de auxílio-aluguel ou encaminhadas para alojamento provisório adequado, até que seja apresentada solução definitiva de moradia.

Também foi enfatizada a necessidade de se garantir atendimento em saúde e assistência psicossocial aos atingidos, a fim de que as providências recomendadas se desenvolvam da maneira menos traumática para os moradores locais.